

# EDUCAÇÃO E POLÍTICA NO BRASIL DE HOJE: MARIA LÚCIA WANDERLEY NEVES<sup>1</sup>

Aiene Rebouças Alves<sup>2</sup>

A autora aborda a gênese e o desenvolvimento das políticas educacionais no Brasil, na última década, contexto caracterizado como período de transição econômica e político-social.

Nessa perspectiva explicita como as políticas sociais têm sua origem e dinâmica determinada pelas mudanças qualitativas que ocorrem na organização da produção e nas relações de poder que impulsionaram a redefinição das estratégias econômicas e políticas do Estado, nas sociedades capitalistas, no final do século XIX.

Mostra que as políticas públicas no capitalismo monopolista respondem concomitantemente às necessidades de valorização do capital e aos interesses antagônicos que perpassam a sociedade urbano-industrial, tanto nas burocracias estatais, como na sociedade civil.

Segundo a autora, é evidente que a gênese e a dinâmica das políticas sociais do Estado se situam na confluência de duas ordens distintas: contradição entre a socialização do trabalho e a apropriação individual e privada dos frutos do trabalho, além da contradição entre a socialização da participação política e a apropriação privada dos aparelhos de poder.

Para Neves (1994), o entrelaçamento entre ciência e trabalho e ciência e vida, gera a necessidade de uma

---

<sup>1</sup> Professora Doutora da Universidade Federal Fluminense.

<sup>2</sup> Mestranda em Educação da UFRN.

cultura ligada à vida produtiva. É nessa nova relação que se dá o desenvolvimento dos sistemas educativos no mundo contemporâneo, tendo nos aspectos quantitativos e qualitativos um dos seus determinantes.

Dessa forma, para a referida autora, o ritmo e a natureza do crescimento dos sistemas educacionais decorrem do binômio industrialismo/democracia e são vistos sob óticas distintas: a do capital e a do trabalho.

No seu entendimento, a proposta educacional elaborada sob a ótica do trabalho se caracterizou como resposta democrática em oposição ao autoritarismo vigente. Embora essa proposta conte com a participação da sociedade civil, não consegue atender às exigências das relações de trabalho impostas pela sociedade capitalista monopolista. Assim, passa a constituir-se proposta incompleta e transitória, por não corresponder à realidade social.

A fragilidade dessa proposta, segundo Neves (1994), materializou-se na fragmentação das metas, no âmbito econômico, para o Ensino de 1º e 2º graus. A qualidade do ensino desatrelou-se da preocupação com os conteúdos e políticas educacionais, passando a ser estritamente ligada ao atendimento às condições materiais da educação das massas, a cargo do Estado.

Já do ponto de vista do capital, as metas qualitativas e quantitativas, na visão da autora, foram formuladas pelo empresariado industrial e seus aliados, e vislumbraram a perspectiva de atribuir ao sistema educacional a formação de técnicos capazes de acompanhar as mudanças qualitativas do processo de racionalização da produção motivadas pela introdução de novas tecnologias.

Para Neves (1994), com a nova divisão internacional do trabalho, nos anos iniciais da década de 90, a modernização capitalista no Brasil é inevitável e traz mudanças no âmbito político e social.

Na educação busca-se a atualização do conteúdo das várias propostas educacionais construídas ao longo desses anos. Mas, durante o governo Collor, delineia-se o esgotamento das propostas de caráter liberal-socialista, transformando a educação de veículo de modernização, em instrumento compensatório da indigência social. Esse caráter compensatório perdurou até a crise da governabilidade desse período. Contexto em que se evidencia uma paralisia de todas as iniciativas oficiais na educação. No entanto, nesse momento, desenvolviam experiências bem-sucedidas, de melhoria da qualidade da educação básica, independentes das diretrizes do Governo Federal.

As propostas do CONSED – Conselho Nacional de Secretários de Educação e da UNDINE – União Nacional de Dirigentes Municipais de Educação, caracterizam-se pela oposição àquelas que se distinguiam pela excludência e seletividade social, organizadas e implementadas pelos governos dos anos 70.

Na década de 80 o CONSED vai se distanciando paulatinamente da proposta do bloco do poder. A UNDINE embora tenha se mantido fiel aos seus princípios, vê suas forças esgotadas em meio à hegemonia do projeto neoliberal de sociedade.

Por outro lado, os empresários da indústria em torno da CNI – Confederação Nacional da Indústria – tentaram subordinar o sistema educacional aos seus interesses como resultado de uma produção baseada na automação flexível.



A igreja e os empresários leigos tentaram preservar a divisão pré-existente na prestação dos serviços educacionais, para formar os quadros especializados para os setores tradicionais da produção, a cargo da iniciativa privada.

Segundo a referida autora, dos vários embates que serão travados entre essas propostas constantemente reorganizadas e atualizadas, a tramitação da LDB no Congresso Nacional bem como a revisão Constitucional, Eleições gerais, servirão de palco para consolidar as diretrizes da política educacional brasileira, dos anos 90.

Neves considera, ainda, a gênese e o desenvolvimento das políticas educacionais no Brasil e as propostas educacionais delas decorrentes, como resultado das relações antagônicas, geradas no seio da sociedade.

No final de sua análise, a autora vislumbra o encaminhamento de novas políticas, como consequência dos embates entre as propostas existentes. No entanto, para a referida autora falta uma participação mais efetiva na sociedade civil.

A obra permite a compreensão dos conflitos presentes na elaboração e desenvolvimento das propostas educacionais brasileiras. Destaca o papel do Estado, da classe empresarial e da sociedade, bem como os interesses e as ações desenvolvidas por cada um desses segmentos, a partir da dinamicidade do contexto social.

---

## REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

NEVES, Maria Lúcia Wanderley. **Educação e política no Brasil de hoje.**